



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI		
Pampulha		
Reunião: 16ª	Sessão legislativa: 4ª	Legislatura: 19ª
Finalidade: “apurar irregularidades na execução dos contratos de limpeza e recuperação da Lagoa da Pampulha, que detém o título de Patrimônio da Humanidade desde 17/7/16”		
Requerimento nº: 944/23		
Autoria: Jorge Santos, Braulio Lara, César Gordin, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Fernanda Pereira Altoé, Fernando Luiz, Gabriel Sousa Marques de Azevedo, Henrique Braga, Irlan Melo, Loíde Gonçalves, Marcela Trópia, Ramon Bibiano da Casa de Apoio e Sérgio Fernando Pinho Tavares		
Data: 2/7/24		
Horário de início: 9h52min		Horário de encerramento: 10h56min
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, que registrou a presença da vereadora Loíde Gonçalves e dos vereadores Braulio Lara, Henrique Braga, Jorge Santos e Cleiton Xavier, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATA

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 15ª Reunião, realizada em 18/6/24.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

Registre-se que esta reunião teve como finalidade: discussão e votação de relatório final.

O vereador Braulio Lara iniciou apresentação de eslaides sobre seu relatório final. Agradeceu as presenças e a participação nas CPIs sobre a Lagoa Pampulha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Informou que todos os detalhes poderão ser consultados na íntegra do documento no portal da Casa. Afirmou que já se gastou muito dinheiro, inclusive com dinheiro de empréstimo, e não houve melhoria da situação da Lagoa da Pampulha por má gestão. Anunciou que apresentaria fatos verificados nesta CPI, como problemas jurídicos e administrativos e indícios de corrupção. Disse que, em todos os anos, a PBH faz contratação com inexigibilidade de licitação e os mesmos produtos químicos são jogados na lagoa. Questionou onde está a melhoria. Afirmou que, em vez desassorear a lagoa, foram, na verdade, despejadas várias toneladas de pedra no espelho d'água do local. Exibiu algumas imagens para mostrar a situação informada. Disse que está óbvio que as estradas de serviço estão substituindo áreas que deveriam ser de espelho d'água. Afirmou que, por uma manobra da PBH, o relatório da última CPI não foi aprovado. Acrescentou que a segunda CPI foi instaurada e a PBH entrou com uma ação judicial para derrubá-la, mas, em 2024, os trabalhos puderam ser retomados. Informou que, no segundo semestre do ano passado, sem licitação novamente, a mesma empresa foi contratada por R\$22 milhões por ano. Comunicou que o valor do contrato foi aumentado em 50% de um ano para o outro e o objeto da contratação foi reduzido, ou seja, não se exigiu mais a classe três. Apontou que inúmeros resultados de testes mostram que a classe três nunca foi atingida. Disse que o aumento foi justificado pelas mesmas pessoas, Ricardo Aroeira e Ana Paula Viana, que subsidiam os laudos técnicos. Destacou que, enquanto essas pessoas estiverem na pasta, as coisas não vão mudar. Exibiu imagens de contratos assinados por essas pessoas e as justificadas dadas em cada situação para manter o mesmo *modus operandi*. Mostrou trecho de um parecer jurídico da PBH, informando que a área técnica é responsável por atestar os valores e a escolha do regime de execução. Observou que a PBH desconsiderou o relatório de especialistas da Universidade Federal da Minas Gerais -



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

UFMG, que apontou diversos caminhos a serem seguidos para melhoria da água da Lagoa da Pampulha. Disse que o projeto básico do novo contrato foi divulgado em setembro de 2023, mas a proposta comercial da empresa que viria a ser contratada, foi enviada um mês antes. Exibiu imagens da proposta comercial do Consórcio Pampulha Viva e do projeto básico. Informou que o jurídico da PBH analisou documentos, mas não foi enviado para eles grande parte da documentação do processo. Informou que o secretário municipal da pasta assinou um documento de inexigibilidade de licitação que não estava datado. Reforçou que o jurídico havia apontando essa questão no parecer. Exibiu imagem da autorização da inexigibilidade sem a data.

O presidente destacou que o projeto básico deveria ser anterior ao recebimento de qualquer proposta comercial.

O vereador Braulio Lara registrou que protocolou nova versão do relatório final para corrigir alguns erros materiais, mas todas as indicações foram mantidas. Disse que foram investigadas mais de 10 mil páginas de documentos e as conclusões foram: 11 indiciamentos, indícios fortes de desvio de recursos públicos e anos de “mutilamento” da Lagoa da Pampulha por quem deveria proteger esse patrimônio cultural. Afirmou que o contrato precisa ser encerrado imediatamente e o patrimônio deve ser protegido a qualquer custo.

O presidente colocou o relatório final em discussão.

Os vereadores Cleiton Xavier e Henrique Braga discutiram o relatório final.

O presidente registrou a presença remota do vereador Fernando Luiz, suplente do vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio.

O vereador Jorge Santos e o presidente discutiram o relatório final.

O presidente colocou o relatório final em votação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado, com abstenção da vereadora Loíde Gonçalves. Registre-se que o vereador Fernando Luiz não votou.

Os vereadores Braulio Lara, Jorge Santos, Henrique Braga e o presidente declararam voto.

ENCERRAMENTO

O vereador Cleiton Xavier solicitou a dispensa da leitura da ata.

O presidente deferiu o pedido de dispensa e declarou a ata aprovada.

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente desta reunião, conforme previsão regimental.

ATA APROVADA

Distribuição para impugnação: --/--/--

Comunicação de aprovação: 2/7/24

Presidenta/Presidente